

Entre Lisboa e Santarém: algumas notas sobre a Navegação e Pesca nas águas do Baixo Tejo medievo

Maria Manuela Catarino¹

A atracção pelas águas correntes, fascínio de poetas e filósofos, revelada desde as cores das artes pictóricas aos *pixels* da imagem digital, tem ilustrado ao longo da história humana a proximidade entre homem e natureza. Tanto pelas relações de reciprocidade como por antagonismos vários.

Aproveitar as benesses da água que corre, utilizá-la em seu favor, em todos os aspectos possíveis do quotidiano, requereu ao ser humano astúcia e cometimento. Adaptar os espaços físicos à necessidade da sua captação, fazê-la chegar em condições de salubridade, definir regras de consumo, usufruir dos recursos nela desenvolvidos, foram permanentes preocupações das populações que se acercaram delas e escolheram com elas conviver.

Mas cedo descobriram o outro lado dessas águas. As colorações carregadas de ameaças. Os murmúrios que se transmutam em sons subitamente inquietantes. O temor da sua força invasora e destrutiva. Nessa descoberta, sofreram dolorosas perdas materiais e humanas. E após cada derrota se ergueram para voltar a construir tudo de novo. A encontrar novas formas de convivência com as águas. A tentar dominar o lado agressivo, controlando-o, procurando usá-lo a seu favor. Em última instância, fazendo apelo da superioridade tecnológica do ser humano face à realidade da natureza...

Tem sido esta a prática do homem com todos os rios. Até aos dias de hoje. E também foi essa a relação dos habitantes das margens ribeirinhas do rio Tejo. Desde sempre.

¹Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (IEM – NOVA FCSH). Email: manuelacatarinoiem@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3808-2238.

Um Tejo coalhado de embarcações...

Reconhecem os geógrafos que o rio Tejo, à semelhança dos demais rios portugueses, tem um regime marcadamente “fluvial”, ou seja “unicamente condicionado pela combinação do ritmo das precipitações e da temperatura”². Ao longo dos tempos essa influência climática foi regulando as oscilações do caudal e determinando a própria navegabilidade das suas águas³. Também a disposição do relevo, a respectiva composição litológica⁴, concorreram para a formação das características que definiram a bacia do Tejo⁵ e foram determinando o seu comportamento hidráulico⁶.

Esse rio, cujas águas hoje contemplamos, não foi conhecido assim pelos nossos antepassados⁷. As representações cartográficas permitem-nos perceber que as águas fluviais não correram sempre da forma que hoje visualizamos⁸. Lezírias, mouchões,

² Cf. DAVEAU, Suzanne – “Comentários e Actualização”. In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal. Vol. II O Ritmo Climático e a Paisagem*. Lisboa: ed. João Sá da Costa, 1988, p. 497; “O regime dos rios reflecte as variações da pluviosidade, quer no seu total anual, quer nas suas variações ao longo do ano.” – BRITO, Raquel Soeiro de – “Introdução Geográfica”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 22.

³ Relembrem-se as dificuldades de navegação durante os períodos de “estiagens prolongadas” que diminuam drasticamente o caudal do rio Tejo – Cf. DAVEAU, Suzanne – “Comentários”, p. 503.

⁴ No caso do rio Tejo “até Tancos corre em rochas de idade paleozóica, num único canal de altas margens e traçado sinuoso. A partir de Tancos, porém, passa a correr sobre os seus próprios sedimentos abrindo-se numa vasta planície aluvial que chega a ultrapassar 10km de largura.” – AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo nos tempos modernos. Causas naturais e antrópicas”. In TAVARES, António Augusto; TAVARES, Maria José Ferro; CARDOSO, João Luís (eds.) – *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos, Geologia, História, Arqueologia e Climatologia, Actas*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004, p. 520.

⁵ “Em Portugal distinguem-se duas partes fundamentais na bacia. A montante, um estreito vale de erosão, encaixado nos planaltos do Maciço Hespérico [...] prolonga um vale análogo, que se constitui na região de Toledo e que é acidentado alternadamente por pequenas bacias e por estreitas gargantas, nos lugares onde o rio atravessa repetidos alinhamentos de quartzito silúrico. A jusante, o amplo e rectilíneo vale ribatejano [...] dissimetricamente dominado por uma escadaria de largos terraços, é inesperadamente fechado, a pouca distância do mar e depois de o rio se ter espreado num amplo estuário, pelas colinas da região de Lisboa, que o Tejo franqueia através de um estreito canal.” – DAVEAU, Suzanne, “Comentários”, pp. 510-512.

⁶ De acordo com os estudos geológicos conhecidos “o *pré-Tejo* instalou-se há cerca de 3,8MA naquilo que hoje se denomina a Bacia Terciária do Tejo, constituindo um sistema fluvial “de grandes dimensões” cuja saída para o mar se fazia “através da península de Setúbal”. Durante o Pliocénico o percurso do *pré-Tejo* sofreu uma mudança “da Península de Setúbal para o actual canal”, tendo posteriormente ocorrido a “elaboração dos quatro Terraços do Tejo.” – AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, pp. 521-523.

⁷ “O vale do Tejo foi em apenas dois milénios parcialmente colmatado e, à medida que o nível do mar ia subindo e que as águas salgadas chegavam a montante permitindo a ocorrência de organismos de águas salobras e salgadas, o vale ia sendo ocupado por grupos humanos de economia mesolítica.” AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, p. 527. “Existem, portanto, testemunhos das ocupações sucessivas do Vale do Tejo, desde os povoados pré-históricos, passando pelos romanos, suevos, visigodos e árabes.” – AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, p. 529. No que se refere à ocupação das suas margens, “Elas opõem-se [...] em categorias que têm origem na natureza e se prolongam pelo domínio do cultivado. A norte, uma linha de pequenas elevações corre paralela ao rio, tendo permitido a fixação dos primeiros habitantes em povoados defensivos nas encostas, há cerca de 5 000 anos atrás. [...] A esta faixa, urbana e povoada, opunham-se do lado de lá do rio terras planas e alagadiças, extensas a perder de vista e possuídas por um pequeno número de proprietários em que avultava a igreja e a casa real.” – CAMACHO, Clara Frayão – “A Ponte Sobre o Rio Tejo em Vila Franca de Xira – Espaço e Identidade”. *Boletim Cultural Cira* 6 (1993/94), pp. 13-135.

⁸ Apresentámos já algumas ideias a este propósito, em estudo anterior, recorrendo a vários mapas dos séculos XVI, XVIII e XIX e propondo um esboço de Mapa do rio Tejo para o período tardo-medieval

as próprias margens, foram ganhando diferentes contornos⁹. O seu assoreamento bem como as transformações impostas pela ocupação humana foram sendo significativas ao longo dos séculos¹⁰. Mas uma certeza fica para o Tejo: a circulação de embarcações nas suas águas garantiu uma vital ligação económica entre Lisboa e Santarém, a qual persistiu até ao século XX¹¹.

– CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*. Cascais: Patrimonia Historica, 2000, pp. 17-21 e Mapa 1; V. também os marcadores toponímicos – *lezírias, mouchões, pauis, cortes, alvercas, adémias e espargais* – explicitados para o baixo Tejo, dos séculos XIII-XIV por VIANA, Mário – “Povoamento, geomorfologia e toponímia do baixo Tejo e do campo de Valada (1200-1350)”. In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas Vol. IV – Povoamento e população*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 130-139.

⁹ O espaço das Lezírias do Tejo, ainda que sofrendo mutações na sua configuração, foram objecto de diversas contendas entre os reis e os concelhos ribeirinhos como elucida BEIRANTE, Maria Ângela – “O Tejo na construção do poder real na Idade Média portuguesa, de D. Afonso I a D. João I”. Sep. da *Revista da Faculdade de Letras-História*, II Série, vol. XV (1998), pp.773-781; NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Livro das Lezírias d’El-Rei D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Doc. 33, pp. 117-120; Sobre questões de assoreamento, crescimento de mouchões, entupimento de esteiros e alterações no leito do Tejo – CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, p. 21 e nota 32; “Só no século XIX, no reinado de D. Maria Pia, esta prática foi alvo de legislação e proibidos os Acrescidos; nessa altura, porém, a maior parte dos canais estava já colmatado e o rio tendia consequentemente cada vez mais para um sistema de canal único.” – AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, p. 545.

¹⁰ Nas cortes de Leiria de 1438, a cidade de Lisboa apresentava queixa sobre “os muytos esteyros que som no Thermo desta Cidade sem de tall gisa tapados que escasamente se pode embarcar os vinhos por assy nom serem abertos Pedimos uos per merce que mandees que se abram as custas de todollos vezinhos que em elle soeem de embarcar” – como cita CASTELO-BRANCO, Fernando – “Do Tráfego Fluvial e da Sua Importância na Economia Portuguesa”. Sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Janeiro-Março, 1958), p. 57; Já em 1572, a propósito das mudanças que tinham ocorrido no álveo do rio na zona da Cardiga, se referem os prejuízos que tinha o Tejo em “suas grandes Ribas e quebradas da area da parte do sul e munte [sic] grandes e altos fitos em carnocos [sic] e de munta infinita quantidade de Comprimento de meia Legoa de serros do Rio as quais Cahiam sobre o Tejo que hera Cauza e destruição de todos os Campos e Liziras athé Lisboa que ao longo do dito Tejo estam e assi da navegação dos Barcos porque tudo tinhão [...] entulhado as agoas das cheyas que passaram ao longo dos ditos serros d areya” – Cf. DIAS, João José Alves – “Uma grande obra de engenharia em meados do século XVI – a mudança do curso do rio Tejo”. In MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História, Século XVI*, N°1. Lisboa: Estampa, 1984, p. 76; Pode-se portanto verificar que até “a fisionomia que o Baixo Tejo apresenta hoje, com as lezírias formando uma única, rasa extensa campina, muitas foram as transformações, desvios e mudanças por que passaram tanto os canais como as próprias lezírias”, resultando tanto de condições naturais como das operadas pela intervenção humana – Cf. AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, pp. 544-552.

¹¹ Celebrado, desde a Antiguidade, por Estrabão “O Tejo tem de foz uma largura de uns 20 estádios e uma profundidade tão grande que pode ser remontado por barcos de dez mil ânforas de capacidade. Na altura das cheias, produz dois esteiros, nos baixios interiores, a ponto de formar como que um mar de 150 estádios, de tornar a planície navegável e de isolar no esteiro superior, uma ilha, de cerca de 30 estádios de extensão e com uma largura um pouco menor, muito fértil e com belas vinhas. Esta ilha situa-se junto da cidade de Móron, que se ergue num monte próximo ao rio, a 500 estádios de distância do mar no máximo, e está rodeada por uma região fértil. A navegação até aí é fácil mesmo para barcos de grande porte numa boa parte do seu trajecto e, no resto, por embarcações de rio. Para cima de Móron a navegação ainda é mais longa.” – Carlos Fabião considera que Móron é identificável com Chões de Alpompé, Santarém – citado por FABIÃO, Carlos – “Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica”. *Cira-Arqueologia III – Atas-Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, [Em linha] Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Dezembro 2014, p. 10 [Consultado a 16/10/2015]. Disponível em: <http://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/748/Cira3online.pdf>; Navegabilidade que teve o seu ocaso nos tempos hodiernos: “O Tejo [...] adquiriu desde longa data uma importância preponderante, que se manteve até ao advento do caminho-de-ferro, quando em certos sectores diminuiu ou mesmo desapareceu; mas só a camionagem acabou por destruir completamente

Situemo-nos no período da Idade Média, lembrando as palavras de Fernão Lopes que enaltece, no reinado de D. Fernando, a quantidade de navios que se encontravam na Ribeira de Sacavém: “estavom aa carrega no rrio de sacauem e aa ponta do montijo da parte de rribatejo sasemta e saatemmta nauios em cada lugar, carregado de sall e de uinhos”¹².

Descontando o possível exagero na quantidade de embarcações indicada, não deixamos de salientar a existência de um espaço fluvial cuja profundidade permitiria a navegação de barcos de grande calado provenientes do porto de Lisboa¹³. E, ao longo da sua margem direita, os portos sucediam-se em direcção a outra importante localidade – Santarém – ganhando uma proeminência que se prolongou para os séculos seguintes¹⁴. A acessibilidade ao rio, as condições de navegabilidade, marcaram quotidianos de povoações como Alverca, Alhandra, Povos, Vila Nova da Rainha, Azambuja, Porto de Muge¹⁵, para referirmos apenas aqueles que sofriam o impulso das marés¹⁶.

Além dos navios carregando vinho e sal, atrás referidos, recordemos as barcas e batéis que se aprestaram a trazer para Lisboa todas as quantidades disponíveis de trigo e carne das lezírias de Ribatejo, prevendo o cerco do rei castelhano¹⁷. Busquemos, ainda, outros sinais em documentos reguladores das actividades

os transportes fluviais ao longo do Tejo.” – GASPAS, Jorge – “Os portos fluviais do Tejo”. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. V, nº 10 (1971), p. 154.

¹² LOPES, Fernão – *Cronica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, p. 5.

¹³ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1999, pp. 24-25 e notas respectivas.

¹⁴ Segundo Frei Nicolau de Oliveira, em 1620, o número de barcos dos portos do Tejo atingia valores significativos no que se refere a Abrantes – 83; Santarém – 70; também Povos – 15; Vila Franca – 10; apresentam valores que demonstram a sua importância no transporte fluvial – Cf. GASPAS, Jorge – “Os portos fluviais”, p. 161.

¹⁵ Cf. o que deixámos dito em relação a estas povoações ribeirinhas – CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, pp. 19 e 43-50 e notas respectivas; Relembre-se o aviso feito, em 1384, ao Mestre para não ir combater o rei de Castela, em Santarém: “nem hir a tal lugar em barcas, que som nauios que nom podem levar senom pouca gente, homde compria de levar muita; de mais que as barcas, nom chegariam mais longe senom ataa Muija que ssom duas legoas do lugar, por a augua do Tejo que era muito pouca, e nom podiam hir mais acima” – LOPES, Fernão – *Cronica Del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo, Parte Primeira*. reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português (1915), prefácio de L. F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, p. 124.

¹⁶ Em 1923, ainda se fazia notar que “da Azambuja para cima o efeito das marés é fraco, deixando-se de fazer sentir desde o Porto do Sabugueiro, dois Kilometros a montante da vila de Muge, o trafego é feito pelos chamados barcos de agua acima, de véla latina, menor tonelagem, e pequeno calado de agua. Há poucos anos ainda se viam, sulcando o rio verdadeiras flotilhas destes barcos; porém hoje apenas vemos passar um ou outro, lutando no inverno com a velocidade da corrente, e de verão com as areias acumuladas no leito do rio, ora impelidos à força de vara, ora puxados à sirga, encalhando aqui e acolá, com grande trabalho e desespero da extenuada companhia.” – SOUZA, Julio Francisco José de – “A Bacia Hidrografia do Tejo (Memoria)”. In *Congresso Ribatejano, Santarém 1923*, Lisboa: s.n.t., 1924, p.79.

¹⁷ “logo foi hordenado de rrecolherem pera a çidade os mais mâtimentos que aver podessem, assi de pam e carnes, come de quaaes quer outras cousas. E hiamsse muitos aas liziras em barcas e batees, depois que Santarém esteve por Castella, e dali tragiã muitos gaados mortos que salgavam em tinas, e outras cousas de que fezerom grande açallmameto.” – LOPES, Fernão – *Cronica Del Rei Dom Joham I, Parte Primeira*, p. 195.

económicas das povoações ribeirinhas¹⁸: no foral manuelino de Vila Franca, ainda se refere que as barcas que chegavam ao cais da vila transportando vinagre, linho, telha, lenha, carvão, pescado e marisco, deveriam solver o pagamento estipulado¹⁹.

Ao tempo da recolha das rendas circulavam, mais intensamente, as barcas²⁰ aportando aos locais costumados (preferencialmente o porto de Muge) para a satisfação dos compromissos assumidos pelos rendeiros²¹. Também as madeiras que deslizavam rio abaixo²², em direcção às tercenas em Lisboa²³, garantindo quantidade e eficiência de transporte, assinalavam a sua maciça presença no Baixo Tejo²⁴.

¹⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – “A Pesca e os Pescadores na Rede dos Forais Manuelinos”. In *Quinhentos/Oitocentos (Ensaio de História)*, org. Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais, Faculdade de Letras. Porto: Universidade do Porto, 2008, pp. 211-243.

Nos forais de Povos e de Vila Franca de Xira são estipulados os pagamentos relativos ao peixe vindo de fora, à barca de peixe miúdo que se vender e a dízima que os pescadores devem satisfazer – segundo tradução de CORDEIRO, Maria Filipa de Meneses – “Foral de Povos – 1195”. *Boletim Cultural* 1 (1985), pp.149-154; CORDEIRO, Maria Filipa de Meneses – “Foral de Vila Franca de Xira – 1212”. *Boletim Cultural* 1 (1985), pp.157-159; A regulamentação tributária evidencia a actividade de exploração do rio que será igualmente acentuada nos forais manuelinos atribuídos a estas localidades. No entanto, em período posterior, o mau estado do cais de Povos irá implicar a sua substituição pelo de Vila Franca de Xira. “D. João V, no final do ano de 1737, autorizou a câmara local a facilitar a substituição de um danificado cais de madeira, construído dez anos antes, por um outro, igualmente de madeira.” – SOARES, Maria Micaela – “Pesca e Pescadores na Vila de Povos”. In *Encontro de Arqueologia e História Povos e Senhor da Boa Morte*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu Municipal, Programa, 1995, p. 23.

¹⁹ MACEDO, Lino de – *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992, pp. 25-33.

²⁰ “Em relação ao rio Tejo, sabemos que era atravessado também por barcas de Almada, Salvaterra (de Magos), Muge, Constança (Punhete, na documentação), Santarém, Arraiolos, Azinhaga e outras, a que nem sequer poderemos fazer menção.” – MARQUES, José – “Viajar em Portugal, nos Séculos XV e XVI”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, [Em linha] Vol. XIV (1997), p. 105 e Fig. 4 da p. 119, [Consultado a 16/10/2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4034.pdf>.

²¹ Prática comum entre os rendeiros das instituições religiosas de Lisboa como por exemplo do mosteiro de Chelas – ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 57 e p. 105; Também o referimos a propósito da documentação compulsada para outras instituições religiosas medievais – CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, p. 48 e nota 189.

²² Num arrendamento da portagem e pescaria de Lisboa, feito pelo rei D. Afonso V, refere-se “E Rendolhjs todo meu direito de lenha que hj tragem também polla dicta foz como pelo dicto rio de que ej dauer dizima.” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de docs. existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais*. Ed. C.M.L. Baeta NEVES. Vol. I (1208-1483), Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Geral das Florestas, 1980, Doc. 44, p. 73; A menção ao pagamento que incide sobre a “madeyra que ueer pelo rrio”, tanto no foral de Povos quanto no de Vila Franca de Xira parece-nos poder sustentar a prática deste transporte fluvial. No entanto, com as devidas precauções: “não haveria flutuação de toros, que podiam embaraçar a navegação fluvial.” – como sugere DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa. As Matas Medievais e a ‘Coutada Velha’ do Rei”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. I (1985), p. 54.

²³ BARBOSA, Pedro Gomes – “Lisboa – O Tejo, a Terra e o Mar”. In *Lisboa – O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*. Lisboa: Colibri, 1995, p. 20.

²⁴ “A óptima localização das duas grandes florestas (Leiria e bacia do Zêzere-Tejo médio) permite que Lisboa nunca tivesse graves problemas no abastecimento de madeira, como aconteceu em muitas cidades europeias até à revolução dos transportes e das grandes transformações nas técnicas de construção.” – GASPAS, Jorge – “Os portos fluviais”, pp. 179-180; Durante a primeira metade do século XV “a região de Santarém abastecia Lisboa em cereais e as suas matas coutadas eram demasiadamente extensas. Também já se explorariam as suas madeiras para abastecer os arsenais e a construção em Lisboa.” – DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma Geografia Histórica”, p. 65.

Ao referir apenas estes exemplos apercebemo-nos, contudo, da intensidade de navegação na estrada líquida que é o Tejo medievo²⁵.

Se acrescer a este olhar os momentos em que o rio vê as suas águas serem utilizadas para outros fins, o número de embarcações ganha nova dimensão²⁶. Relembremos, mais uma vez, as palavras do cronista ao relatar a viagem de 35 barcas e batéis do Mestre de Avis subindo o Tejo para o ataque a Alenquer, em Novembro de 1384 – “e posto que o mar começasse demcher, que era grãde aazo pera hir mais toste, por quanto o vento nom era de viagem, toda a noite poseram em chegar, ataa hua legoa dAlanquer”²⁷.

À medida que caminhamos para o século XVI, as águas do Tejo conheceram outras navegações mais felizes. A partir do momento em que o rei D. Manuel intensificou a predilecção pelas estadias no paço de Almeirim²⁸, as deslocações régias e de membros da sua corte terão sido constantes²⁹. Até porque lá se desenfadariam em caçadas e outros momentos de lazer³⁰. E, certamente, as subidas do rio para

²⁵ Produtos circulando no sentido Lisboa – Santarém e vice-versa – GASPARD, Jorge, “Os portos fluviais”, p. 158; “Na estrada líquida do Tejo verificaram-se percursos múltiplos, tendo como pontos de partida e de chegada os portos e que permitiam viagens, quer em sentido ascendente, quer descendente, quer entre-margens ou ainda das variadíssimas possibilidades de combinação que estas hipóteses apresentavam.” – CAMACHO, Clara Frayão, “A Ponte Sobre o Rio Tejo”, pp. 135-137.

²⁶ Garcia de Resende dá conta de uma armada que se preparou no Tejo para combater nas terras africanas: “E Neste mesmo anno de mil e quatrocentos e oitenta e sete no mês Dagosto mandou el Rey fazer hua armada junto de Pouos, e Villa Franca, porque morrião em Lisboa então de peste. A qual era de trinta nauios, em que entrão muytas tasoreas, e hião nella cento e cincoenta de cauallo, todos da Casa del Rey[...] e com eles mil homens de pé, os mais besteiros, e espingardeiros[...]” – citado por MACEDO, Lino de – *Antiguidades*, pp. 38-39.

²⁷ LOPES, Fernão – *Cronica Del Rei Dom Joham I, Parte Primeira*, p. 313; também o envio de duas galés aos moradores de Alenquer, nesse mesmo ano, que chegaram até ponte da Marinha, cerca de uma légua daquele lugar – citado por CATARINO – Maria Manuela – *Na margem direita*, p. 19, nota 29.

²⁸ A preferência régia pelo “Vale do Tejo remontava ao século XIII, sendo muitos os locais em que os monarcas portugueses foram erguendo moradas sazonais, como em Santarém, Salvaterra de Magos, Benavente, Valada ou Almeirim. De todas, porém, esta última, com um paço edificado por D. João I a partir de 1411, é a que parece exercer maior atração junto da corte no decorrer de Quinhentos, o que se explica, em primeiro lugar, pelas suas características físicas e climáticas, mas também, porventura, pelo afastamento a que Santarém é votada após a morte trágica do príncipe herdeiro, D. Afonso, ocorrida em 1491.” – TRINDADE, Luísa – “Casas da Corte nas margens do rio: o Tejo como curso e paisagem”. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente (coords.) – *Paisajes Culturales del agua*, Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2017, p. 91 e notas respectivas. [Consultado a 20/06/2018] Disponível em: https://www.academia.edu/36747194/2017_Pac_os_re_gios_nas_margens_do_rio.pdf; Datando de 1411 se inicia a “construção dos Paços de Almeirim, a partir de instalações de uma quinta régia. Obras de colmatagem” – Cf. CUSTÓDIO, Jorge – *Almeirim*[*Cronologia*. Almeirim: Câmara Municipal de Almeirim/Edições Cosmos, 2008, p.23.

²⁹ “O século XVI representa provavelmente um surto da navegação do Tejo. São do reinado de D. Manuel I algumas obras no vale do rio, de que sobressai o imponente cais de Tancos, acção que culmina com a residência frequente da corte no Palácio Real de Almeirim. Daqui para Lisboa (Paço de Xabregas ou Paço da Ribeira) o rei utiliza o barco como meio de transporte.” – GASPARD, Jorge, “Os portos fluviais”, p. 158.

³⁰ “Ao potencial cinegético e à riqueza dos campos, capaz de abastecer toda a corte, junta-se a amenidade do sítio e a pureza dos ares. Sem esquecer, naturalmente, a agilidade proporcionada pelo rio enquanto estrada natural. Acresce, nesta época, um factor que embora não totalmente novo se torna decisivo: a qualidade das vistas, matéria convocada repetida e insistentemente pelos humanistas como um valor essencial.” – TRINDADE, Luísa, “Casas da Corte”, p. 90.

Almeirim seriam já um prenúncio festivo, a que as águas ofereceriam o melhor da sua prazerosa ondulação.

Mas o rio também era sulcado por outros, e muitos, barcos no seu dia-a-dia³¹. Por entre essa variedade, refiram-se as barcas onde se colocavam os moinhos pertencentes ao infante D. Henrique, que foram autorizadas a circular, tantas quanto quisesse, “des Punhete ataa foz de Lixboa, contanto que nom torue a nauegaçom das barcas que [possam] hir e vijn per ho deito rrio”.³²

Convivendo com toda a intensa circulação fluvial, sempre sujeita a sazonais mudanças, as povoações ribeirinhas não usufruíram apenas do transporte de bens e pessoas. A partilha do elemento aquícola foi sendo uma constante na vida de gerações de gentes que faziam a sua labuta, nos campos marginais do Tejo, gerindo, com os devidos cuidados, por valas, abertas, canais e regueiras³³, as águas doces benfazejas.

Na fadiga quotidiana, outros homens viveram os cambiantes das correntes, de forma intensa e, por vezes, trágica³⁴. Os que tiravam das águas a sua subsistência – os pescadores de rio³⁵.

³¹ As *barcas* foram usadas no rio Tejo de forma constante até ao início do séc. XVI. A partir de então começaram a diferenciar-se “devido não só às funções a que se destinavam, como também aos percursos de navegação que utilizavam. Subir o Tejo ou percorrer os braços pouco profundos do rio impunha o uso de embarcações de pequeno calado, sem quilha ou de meia quilha, que foram criadas, sabiamente, pelos operários da construção naval que se instalaram nas povoações ribeirinhas do Tejo”. De acordo com o *Regimento dos Barqueiros* (1572) era possível identificar, no curso do rio, as seguintes embarcações: “barca, batel, caravelão, muleta [para mercadorias] e bateira” – NABAIS, António – “Barcos do Tejo”. *AÇAFA On-line*, [Em linha], nº2, (2009), Associação de Estudos do Alto Tejo, p. 4, [Consultado a 16/10/2015]. Disponível em: http://www.altotejo.org/acafa/docsN2/Barcos_do_Tejo.pdf.

³² *Monumenta Henricina*. ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Vol. XI (1451-1454). Coimbra: 1970, Doc. 46, pp. 63-64 (1451).

³³ Com evidentes repercussões na toponímia medieval da margem direita do Tejo – CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, pp. 27-28 e notas respectivas.

³⁴ Tragédias que se terão repetido ao longo dos tempos – “Os naufrágios eram frequentes e a atestá-los está, a devoção ao Senhor da Boa Morte, a partir do século XVIII, a cuja ermida, no alto do monte sobranceiro ao Tejo, acorriam a oferecer ex-votos os que escapavam à desgraça.” – CAMACHO, Clara Frayão – “A Ponte Sobre o Rio Tejo”, p. 137.

³⁵ Num documento de confirmação de privilégios aos pescadores de Vila Franca de Xira se refere expressamente que “elles tem seus batees em que vão pescar e agamçar de comer” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. IV (1495-1521), Doc. 38, p. 42 (1496).

Nas águas, o sustento de todos os dias...

A alimentação do homem medievo, fortemente *carnívora*³⁶, sustentada no pão e no vinho diários, não prescindia do consumo do peixe³⁷. Capturado no mar, no rio ou em outros espaços aquícolas, ele marcou presença nas mesas de toda a qualidade³⁸, especialmente durante os períodos preceituados pelo catolicismo vigente³⁹.

Conhecem-se os tráficos existentes entre o litoral português e o interior do reino⁴⁰, em que o peixe salgado, seco ou fumado⁴¹, era transacionado pelos mercadores junto das populações⁴². Sabemos também da sua exportação para

³⁶ Relembre-se a feliz expressão de Braudel “Europa dos Carnívoros”, o qual considera que só perto de 1550 essa “ração de carne diminui” – BRAUDEL, Fernand – *Civilização Material e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, trad. de Maria Antonieta Magalhães Godinho. Tomo I. Lisboa-Rio de Janeiro: Cosmos, 1970, pp. 150-156. “O consumo de carne na Baixa Idade Média não é decerto comparável ao dos séculos anteriores, que beneficiou de um sistema específico de produção. Contudo é, no geral, considerável e muitas vezes mesmo superior ao da época moderna.” – CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado: a alimentação rural e urbana na Baixa Idade Média”. In FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (dirs.) – *História da Alimentação 2. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 2001, p. 40.

³⁷ Cf. GONÇALVES, Iria – “A alimentação”. In MATTOSO, José (dir.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord) – *A Idade Média, História da Vida Privada em Portugal*. Círculo de Leitores, 2010, pp. 236-238.

³⁸ “A Idade Média foi, sem dúvida, a idade do ouro do peixe, e, por conseguinte, da pesca de água doce, que jamais veio a conhecer uma tal projecção” como sustenta no seu artigo COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Pesca Fluvial na Economia e Sociedade Medieval Portuguesa”. *Actas do seminário Pescas e navegações na história de Portugal (séculos XII a XVIII)*, Lagos, 22-24 Maio, 1992, *Cadernos históricos*, VI (1995), pp. 89-90.

³⁹ “Poderemos totalizar como dias de abstinência de carne, todas as Quartas e Sextas-feiras de cada semana além de outras datas específicas de jejum e abstinência, mormente no Advento e Quaresma, o que daria uma totalidade de cerca de 146 dias por ano.” – COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Pesca Fluvial, p. 97; Outra contabilização é possível fazer-se – “En effet les jours de jeûne étaient au nombre d'environ cent dix à cent vingt, soit le tiers de l'année. Pendant l'Avent, le Carême, les veilles des principales fêtes liturgiques, le vendredi mais aussi le samedi, la consommation de viande était interdite.” – MANE, Perrine – “Images médiévales de la pêche en eau douce”. *Journal des Savants*, [Em linha]. (1991), p. 227. [Consultado a 16/10/2015]. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1991_num_3_1_1548.

⁴⁰ V. o mapa referindo *Algumas linhas de transporte de peixe e sal, do litoral para o interior (Séculos XIV e XV)* bem como a breve caracterização da *zona centro-sul* em que se estabelecem as relações económicas entre Lisboa e Santarém e outras cidades no século XV – MORENO, H. Baquero – “A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos fins da Idade Média”. In *Papel das Áreas regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio*. Lisboa: 1975, p. 207 e pp. 211-212.

⁴¹ Sobre os processos de conservação de peixe – CUNHA, Rosalina B. da Silva – “Subsídios para a História da Conservação do Peixe em Portugal do Século XII ao XVI”. Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIX (1972), pp. 29-35.

⁴² Entre outras, recordem-se as referências à regulação do comércio de peixe, no foral de 1179, para a cidade de Lisboa ou a carta de D. João I, datada de 1425, autorizando “os moradores da cidade do Porto a comprar pescadas e sardinhas em Lisboa e Setúbal para as levar ao Porto e outros lugares, sem que em troca, tivessem de dar pão” – conforme assinalado por CUNHA, Rosalina B. da Silva – “Subsídios”, pp. 13-15.

outros reinos da Europa medieval⁴³, e, são igualmente conhecidas, as queixas contra os mercadores estrangeiros que o vêm disputar ao mercado nacional⁴⁴.

Sobre a riqueza ictiológica do Tejo⁴⁵, as suas águas foram por demais celebradas⁴⁶. No que se refere à Idade Média, temos razões documentais para crer que ela era uma intensa realidade⁴⁷. Infelizmente, nos tempos actuais, tem vindo a sofrer extinções irreversíveis⁴⁸...

Dos portos ribeirinhos saíam os homens para a pesca de rio, utilizando técnicas adequadas ao que pretendiam capturar e diferentes tipos de redes, que a experiência, ganha em muitas gerações, definira que seriam apropriados ao tamanho e qualidade dos peixes⁴⁹. A este propósito, cumpre salientar que, durante a Baixa Idade Média,

⁴³ Segundo Jaime Cortesão o “Tejo era navegável por navios de comércio até uma distância muito maior. Não escasseiam documentos (...) a atestar que durante os séculos XIII a XV Santarém comerciava directamente por mar com a Flandres e a França, mas principalmente com o Algarve, Sevilha e os portos muçulmanos do norte de África” – citado por CASTELO-BRANCO, Fernando – “Do tráfego fluvial”, p. 47; O peixe, fumado ou salgado, era levado para Castela, Aragão, Itália, Inglaterra, Flandres e outras regiões, como salienta MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dirs.). *Nova História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Presença, 1987, p. 169; recorde-se também o transporte de pescado para o abastecimento da cidade de Ceuta – “sse pescam muitos saaues no Rio Tejo assy com as avargas do Ifante dom Anrique meu filho como com as de Cepta E leuem os dictos saaues aa dicta çidade pera sse hi ssalgarem E leuarem aa dicta çidade de Cepta ou pera sse hi uenderem” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), doc. 327, p. 215, (1420).

⁴⁴ Nas cortes de Évora, os procuradores da vila de Santarém, queixavam-se de que “no tempo dos sauees veem muitos castellãos e outros estrangeiros a comprar o dito pescado sem trazendo mercadorias nehuas Pedindo nos de mercee que quem leuase carga mandasemos que trouxesse carga e esto polla terra seer abastada dos mantjmentos e mercadorias de que se a nos seguiria proveito.” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), doc. 405, p. 270, (1436).

⁴⁵ É bem conhecida a referência feita pelo cruzado Osberno, em 1147, assinalando que o peixe “era tanto que alguns acreditavam que no rio Tejo, para dois terços de água, sobrava um terço de peixe [...]” – SARAMAGO, Alfredo – *Para uma história da alimentação de Lisboa e seu termo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p. 56.

⁴⁶ Citando Duarte Nunes do Leão na sua *Descrição do Reino de Portugal*, 1610, se assinala para o rio Tejo “sáveis de Santarém para baixo, ‘dos quais há grande carregaço assi para o reino, como para muitas partes de Castela onde se leva fresco e salgado, tainhas, onde a maré não chega, linguados, corvinas, çações, & outros pescados [...] azevias ignotas a outros mares” – MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “A Pesca e o Sal”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 288.

⁴⁷ Vejam-se alguns exemplos: “O arrendamento da portagem de Lisboa, em 1336, mencionava as rendas das pescarias das enguias, sáveis e covões no Tejo” – TAVARES, Maria José Ferro – “As pescas: uma riqueza em extinção?”. In *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 647; Em 1433, D. Duarte regula a pesca do sável no Tejo, em particular na região das lezírias e do Alqueidão – *Documentos de D. Duarte [1433-1438] Catálogo*, sumários de Miguel Gomes Martins. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2009, p. 3; nos finais do século XV, D. Afonso V nomeia João do Paço “couteiro e guarda das truytas da ribeira de Muja” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), doc. 623, p. 211, (1481); D. Manuel concede a dízima do pescado de Alhandra e Alverca “pella maneira que ha nos E a coroa de nossos Regnos pertencee” a D. Martinho de Castelo Branco – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. IV (1495-1521), doc. 130, p. 118, (1498).

⁴⁸ Cf. o resumo alargado de BATISTA, C.; BASTOS, M.R.; AZEITEIRO, U., DIAS, J. A. – “Aproximação ao estudo diacrónico da ictiofauna dulçaquícola no vale do Tejo: os casos de Abrantes e Santarém”. 7º *Simpósio sobre a Margem Ibérica Atlântica* – MIA 2012, [Em linha]. 16-20 Dezembro 2012. Lisboa: pp.145-150. [Consultado a 16/10/2015]. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/aproximacao-ao-estudo-diacronico-da-ictiofauna-dulcaquicola-no-vale-do-tejo-os-casos-de-abrantes-e-santarem>.

⁴⁹ As artes de rede utilizadas em outros espaços do Tejo e que, possivelmente, se adequariam aos vários troços do rio. De vários subtipos – “redes de emalhar, de arrasto, de lançado e de armar – todas elas móveis – e

se fizeram sentir preocupações em relação ao meio ambiente, as quais podemos entrever na documentação, assinalando proibições a capturas indevidas⁵⁰.

Não esqueçamos, contudo, um tipo de pesca praticada pelos pescadores do Tejo que assumia outros contornos. Referimo-nos àquela que era feita com recurso a várias armadilhas⁵¹. A sua proliferação terá implicado uma fiscalização, nem sempre rigorosa, mas sujeita a coimas e proibições constantes⁵².

Para além da pesca profissional, em que os pescadores se ocupavam, oferecia a margem ribeirinha, a quem os quisesse procurar, por sua iniciativa, os recursos disponíveis⁵³. A pesca à cana⁵⁴ poderia realizar-se nas praias fluviais, nos canais, caneiras e pesqueiros, desde que estes não fossem pertença senhorial ou régia⁵⁵. Em alguns casos, um pescador mais hábil até conseguiria obter algum peixe recolhendo-o à mão⁵⁶...

as de armação, fixas.” – como exemplifica CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média I*. Cascais: Patrimonia Historica, 2000, pp. 270-272.

⁵⁰ Particularmente dirigidas à pesca do sável foram as atenções régias. As medidas tomadas, de carácter bem vincado, procuram garantir a sobrevivência da espécie, com instruções claras quanto à malha das redes a usar, bem como obrigação de garantir a sobrevivência das “sauatelhas posto que alguas fiquem nos caniços as deitem viuas ao ryo.” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), doc. 417, pp. 125-127, (1462); a “ssemente de saueis e doutros pescados” que era retida nos “bogeiros e lauadas em as quaes rredes traziam copes que he outra rrede de tralhes muyto meudas que amda como seo em meo das rredes dos dictos bogeiros e leuadas” deverá ser preservada, proibindo-se o uso dos copéis nas ditas artes de rede. Proibições que são devidamente alardeadas para que se não ignorem por quantos de dedicam a esta faina – “faça probicar esta nossa carta aos pescadores desta villa de Samtarem e asy na villa d Abrantes e em Punhete porquanto nos parece que este abastar pera dello vijer noticia a todos” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), doc. 533, pp. 175-176, (1471).

Semelhantes preocupações, ao longo da segunda metade do século XV e do século XVI, são identificadas na documentação por TAVARES, Maria José Ferro – “As pescas”, pp. 649-650.

⁵¹ A ramada, a nassa e a avarga ou abarga são algumas das mais utilizadas para diferentes tipos de peixe. No entanto, também se recorria ao envenenamento das águas com *trovisco* – *troviscada* – com implicações negativas para a fauna piscícola de forma indiscriminada – CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada*, p. 272; CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, p. 128.

⁵² Para impedir abusos por demais repetidos “defendemos E mamdamos que nenhua pessoa de qualquer callidade E comdiçam que seja nom faça nunca em nenhuu tenpo nenhuua estacada nem tapamento em todo o Ryo do tejo que possa empedir e torvar que ho pescado nom suba so pena que qualquer que ho fezer perca todos seus bens e fazemda a terça parte pera quem ho acusar e as duas pera a nossa camar e majs seja lloguo derrybado e desfeito a estacada e tapamento que fezer” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. IV (1495-1521), Doc. 279, p. 209, (1507).

⁵³ Se bem que não tenhamos referências específicas para o rio Tejo não será de excluir a existência da pesca nocturna, como sucedia em outros rios medievos – MANE, Perrine – “Images médiévales”, p. 234.

⁵⁴ “Praticavam-se com *canas* e *caniços*, ou apenas com linha” à semelhança do que se verificava para o Médio Tejo – CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada*, p. 272; Cf. também MANE, Perrine – “Images médiévales”, pp. 230-231.

⁵⁵ A gestão dos direitos de pesca fluvial não foi matéria pacífica dada a quantidade e interesses das entidades envolvidas. “Desde cedo, as pescas foram um direito real de onde o soberano retirava direitos como a dízima, a portagem, direitos que cedia, no todo ou em parte, a senhores nobres e eclesiásticos ou aos concelhos. Por isso, senhores das águas marítimas e fluviais, os reis de Portugal definiam direitos sobre a sua posse e usufruto directo ou indirecto.” Caberá ao rei D. Duarte determinar que “as rendas das pescarias de mar e de rio, assim como as marinhas eram direito real.” E confirmada por D. Manuel e seus sucessores – TAVARES, Maria José Ferro – “As pescas”, pp. 641-642.

⁵⁶ A forma mais simples passaria por que se “varejasse” e “apedrasse o rio” de forma a conseguir obter maior quantidade de peixe. Esta prática, porém, não seria apreciada por quem tivesse interesses em garantir que

Toda a pesca feita nas águas taganas não deixaria de estar sujeita ao ritmo quotidiano das populações. Recolher sustento em peixe, para venda⁵⁷, ou para autoconsumo⁵⁸ tinham implicações completamente diferentes⁵⁹. Dois mercados absorviam, de forma intensa, o pescado conseguido: Santarém, por um lado, Lisboa, por outro. No caso de Santarém, o consumo de peixe de rio teria de enfrentar a concorrência do peixe de mar⁶⁰, algum mesmo pescado na foz do Tejo, e que lhe chegava pelos barcos rio acima⁶¹. Certamente que Lisboa oferecia um mercado mais alargado mas necessariamente mais disputado⁶², já que, na grande cidade, os peixes de rio e os de mar tinham maior número de compradores assegurados⁶³, tanto naturais quanto estrangeiros.

os seus espaços próprios de pesca não fossem prejudicados. Dessa situação se dá conta numa contenda sobre um canal do rio Mondego, embora a sua prática não fosse naturalmente exclusiva daquele curso fluvial – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), doc. 340, p. 226, (1426).

Nas imagens da arte medieval é reconhecível este processo de captura, como ilustra MANE, Perrine – “Imagens médiévalas”, p. 236.

⁵⁷ Recorde-se de entre os privilégios confirmados aos pescadores de Vila Franca de Xira a referência às condições de “vemda de sseus pescados asj do fresco como do que em suas casas teuerem salgado e curado” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. IV (1495-1521), Doc. 37, p.41, (1496).

⁵⁸ O peixe seria confeccionado de forma simples na casa do pescador, por vezes de forma elaborada na casa dos cidadãos mais abonados. Quando apresentado na mesa régia, decerto era garantida a sua frescura, assim como também a qualidade da refeição, mesmo quando comer peixe significava “comer magro” – GONÇALVES, Iria – “A Mesa itinerante dos nossos primeiros reis”. In BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David (coords) – *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 296-297.

⁵⁹ As condições relativas ao estado de conservação e a forma de transporte eram determinantes para o seu consumo – CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita*, p. 125-126.

⁶⁰ “De todo o pescado E sardinhas que vierem pella foz posto que ho nom vendam em lixbõa mais que ho leuem pera santarem ou pera outros logares ham de pagar dizima – MARQUES, João Martins da Silva, (ed.) – *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. I, doc. 42, p. 57.

⁶¹ “alguas pessoas de nossa terra conpram muytos pescados E os carregam e leuam per mar pera fora do Reino e esso meesmo o leuam de Lixboa pera Santarem e pera outras partes pela aauga” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), doc. 327, p. 215, (1420).

⁶² Na Ribeira baixo-medieval é possível *sentir* toda a imensa variedade de gentes, vivências, produtos, e actividades que ganhavam movimento após “as badaladas anunciadoras da missa de terça”: Os pescadores de mar que descarregavam as suas barcas; os “regatões e regateiras podiam com liberdade comprar quaisquer produtos para revenda” e outros produtos chegavam para serem transaccionados nos diversos mercados dentro e fora de muralhas; as azáfamas de cargas e descargas durante o todo o dia – Cf. a impressionante descrição de GONÇALVES, Iria – “Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, pp. 61-75.

“O estuário do Tejo faz a fortuna de Lisboa,” e a ela chegam, e dela partem, as mais variegadas produções do reino, e de fora, concorrendo para “fazer de Lisboa uma atracção e uma bomba aspirante de todo o reino” – MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “A estrutura das trocas – O Abastecimento de Lisboa”. In MATTOSO José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 330 e p. 336.

⁶³ Exemplo bem evidente de um apreciador de peixe encontra-se na pessoa do rei D. João I. No fornecimento da sua casa, que durante doze anos fora assegurado pelo comprador régio Afonso Anes, incluem-se as variedades e imensas quantidades de pescado consumido, tanto em fresco como em seco: pescadas secas, congros secos e frescos, lampreias, linguados, salmonetes, besugos, cações, choupas douradas, cachuchos, bogas, sardinhas, muges, bordalos, arenques, azevias, fanecas, galhudas, cangrias, tainhas, rodovalhos, gorazes, postas de evo, cações secos, alitães, samas, enguias, e também ostras, lagostas e sibas – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), doc. 341, p.226-228, (1427); Cf. também COELHO, Maria Helena da Cruz “A mesa

Em ambos os casos, os pescadores ribeirinhos teriam de se sujeitar às regras municipais, que determinavam os locais, as horas, as condições de venda, preços, e qualidade dos peixes trazidos⁶⁴. Mas, em qualquer delas acabariam por contar com participação de vendedoras – as regateiras⁶⁵ – que o comprariam para revender e assegurar a sua completa distribuição ao consumidor⁶⁶.

E que peixes do Tejo tinha o consumidor medievo à sua disposição? Consoante a sua condição social, como de resto para os outros produtos alimentares, o homem medieval poderia consumir diferentes espécies piscícolas⁶⁷. D. Afonso V, estadeando em Santarém, teve oportunidade de usufruir na sua mesa, diferentes variedades de peixe, embora de mar⁶⁸, bem como marisco⁶⁹. Aliás, as águas do rio eram intensas produtoras de ostras, sendo também nelas muito profícua a apanha de amêijoas, caranguejos e camarões⁷⁰.

Mas eram sobretudo os sáveis que pululavam nas águas do Tejo⁷¹. Dependendo do seu ciclo de vida, os sáveis subiam o rio para desovar e as crias retornavam ao mar por alturas de Agosto/Setembro, permitindo então uma safra abundante⁷².

do rei de Avis: espaços, oficiais, alimentos e cerimoniais”. In SOARES, Carmen; MACEDO, Irene Coutinho de (coords.) – *Ensaio sobre Património Alimentar Luso-Brasileiro*. São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume Editora, 2014, p. 104.

⁶⁴ Relembrem-se os informes, no que ao pescado diz respeito, apresentados no estudo de GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: Os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV). In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, pp. 97-116.

⁶⁵ Conheça-se, por exemplo, a carta de confirmação a Catarina Afonso como “vendadeira do pescado da nossa dizima da portagem da villa de ssantarem” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. III (1481-1493), Doc. 23, p. 28, (1482); Cf. o papel das regateiras no quotidiano sintetizado por GONÇALVES, Iria – “Regateiras, padeiras e outras mais na Lisboa medieval”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coords.) – *Lisboa Medieval – Os rostos da Cidade*. Livros Horizonte, 2007, pp. 11-15.

⁶⁶ São elas que protagonizam alguns momentos do espaço ribeirinho: “Diziam que as regateiras que nom queriam dar dizima das lagostas porque diziam que era marisco e que nom deuiam dar da carga mays ca dous soldos” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), Doc. 28, p. 50, (1309); “E as Regateiras nom entrem nas barcas assi como o fazem os almocreves” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), Doc. 46, p. 76 (1338).

⁶⁷ “mesmo nos dias de pescado, as clivagens sociais traduziam-se na mesa” conforme os exemplos aduzidos por COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Pesca Fluvial”, p. 98.

⁶⁸ A escolha régia terá recaído em azevias, linguado, linguada e salmonetes que, por terra e pela via fluvial, terão chegado a Santarém – SOARES, Maria José Azevedo – “O Peixe e a Fruta na Alimentação da Corte de D. Afonso V (Breves Notas)”. *Brigantia*, vol. III (1983), p. 309.

⁶⁹ A um preço modesto foram compradas ostras para a mesa do rei. Em quantidade (783) e consumidas possivelmente cruas, ainda que o pudessem ser cozidas – SOARES, Maria José Azevedo, “O Peixe”, p. 309 e 311.

⁷⁰ “os mariscos como os camarões de Vila Franca ou os camarões grandes de Lisboa, os lagostins, os caranguejos do rio de Sacavém, as ostras” – TAVARES, Maria José Ferro – “As pescas”, pp. 648.

⁷¹ Em carta régia de 1462 se dá conta da “muy proveitosa noujidade e grande pescaria dos sauees que sse fazia no ryo do Tejo em cada huu ano em vida dos senhores Reis Dom Joham meu auo e el Rey meu senhor e padre [...] per bem da qual esta terra era muyto abastada nom tam somente dos pescados deles majs ajnda douro e prata e mujtas mercadorias que traziam dos regnos de Castella e doutras partes aqueles que por os dictos sauees vijnham e leuauam pera sseus gaanços.” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), Doc. 417, p. 126, (1462). A fauna do sável marcou as águas taganas ao longo dos tempos. São impressionantes essas vivências que Redol transpôs para a literatura do séc. XX – REDOL, Alves – *Avieiros*. Lisboa: Caminho, 2004, pp. 163-176.

⁷² Por essas alturas, quem tem “cannaes e pescarias costumaram fazer caniços de verga assi tapados e juntos que por pequeno peixe que em elles caya ally morre. E que no tempo em que as dicta sauaatelhas deçem para o mar [...] lançam em eles esteiras e redes meudas e dobradas em tal guisa que nos dictos caniços ficam e

Certamente que nessas ocasiões alguns exemplares terão contribuído para uma mesa mais farta⁷³, pese embora a necessidade de lucro com a respectiva venda no mercado de Santarém⁷⁴ ou na Ribeira de Lisboa⁷⁵...

Mais uma vez, recordemos o conhecido episódio da pesca do maravilhoso esturjão que o rei D. Dinis e sua comitiva tiveram ocasião de admirar perto de Muge. Apesar de a pesca não ser a actividade eleita da nobreza⁷⁶, a proeza desta particular pescaria não deixou de causar impacto no ânimo de quantos observaram o espécime capturado, implicando o seu registo para memória futura⁷⁷. Outras espécies, porém, mais comuns na sua aparência, como eirós, enguias, bordalos e muges também abundavam nas águas do baixo Tejo medieval⁷⁸. Com elas se garantia a variedade da textura e sabores degustativos à mesa dos consumidores⁷⁹.

Mas as águas propiciadoras de alimento podiam também limitar-lhe o acesso de forma continuada e até trágica. Os períodos em que o rio não favorecia a apanha de peixe podiam ser longos e penosos para quem dele dependia. Sobre tudo quando a imensidão das águas, saindo do leito, tudo levava de vencida, destruindo bens, cultivos, e, até, barcos⁸⁰ e homens...

morrem todos pella mayor parte”, comprometendo a continuidade da espécie, embora garantindo, de momento, uma boa pescaria – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), Doc. 417, p. 126, (1462).

⁷³ A “semente dos sauees” que em alguns dos caniços “morre tanta cada dia que aalem da que a cestos pellos montes andam vendendo como sse fossem sardinhas”, chegando a desperdiçar enormes quantidades “a rrodam e com rrondos morta a lançam a perder pella auguoa abaixo” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), Doc. 417, p. 126.

⁷⁴ “he custume antigo que todos aquellos que pescarem sauees e outros pescados no Teio que os tragem a ujlja pera ho hi auerem de uender” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. II (1439-1481), Doc. 405, p. 269, (1436).

⁷⁵ V. nota 70 supra.

⁷⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Pesca Fluvial”, p. 101; MANE, Perrine – “*Images médiévales*”, p. 230.

⁷⁷ No campo de Valada foi apresentado ao rei, por D. Guedelha, rabi-mor dos judeus, um solho vivo que havia sido pescado em Montalvo, perto de Muge. O tabelião geral Vasco Rodrigues fez as medições registadas e Lourenço Martins, escrivão do rei e seu tabelião geral, redigiu o documento comprovativo “Em testimonho de uerdade”. – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), Doc. 37, p. 64 (1321); Vd. *Dionisivs Rex. Documentos de D. Dinis na Torre do Tombo. 750 anos do Nascimento do Rei D. Dinis (1261-2011)*. Lisboa: Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, 2011. Reprodução do documento (Lisboa, TT, *Colecção das Gavetas*, Gav. 2, mç. 1, nº 4) na p. 14 e comentário por João Soalheiro na p. 15.

⁷⁸ CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, p. 41 e p. 126 e notas respectivas.

⁷⁹ Cf. a síntese apresentada no ponto 3.3 *Servir o pescado à mesa* por GOMES, Sandra Rute Fonseca – *Territórios Medievais do Pescado do Reino de Portugal*. [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 86-95. Tese de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade. [Consultado a 16/10/2015]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18460/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sandra%20Gomes.pdf>.

⁸⁰ Curiosa a referência, numa carta de sentença da Chancelaria de D. Dinis, aos “pescadores que pescavam en nos barcos que chamauam cuus de lobos que tomauam muytos pescados, eyroos, amguyas e bordalos e outros muytos pescados de muitas maneiras” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. I (1208-1483), Doc. 28, p. 46 (1309); Sobre as embarcações usadas especificamente para a pesca fluvial, corroboramos a opinião de que “a utilização de cada embarcação seria ditada pelas características das espécies que se capturavam, tanto em cursos fluviais, perto da costa ou em mar alto.” – GOMES, Sandra Rute Fonseca – *Territórios Medievais do Pescado*, p. 20.

Águas ameaçadoras, águas sofridas...

Os ubérrimos campos de Valada, celebrados desde a Antiguidade, agradeciam a chegada das águas⁸¹, que lhes depositavam fertilidade em forma de nateiros pelo espaço agricultado⁸². Mas a intensidade e duração da cheia também tinha os seus custos⁸³: cultivos apodrecidos ou impedidos de germinar no tempo devido⁸⁴; terras junto ao rio rompidas pelas goivas; valas atulhadas de detritos, de toda a espécie⁸⁵, dificultando o rápido escoamento e a feição do próprio rio que se mudava...

Lezírias e mouchões nasciam e desapareciam no leito do rio, obrigando-o a escolher nova circulação de águas⁸⁶ e contrariando as opções de navegação a que os humanos já se tinham habituado⁸⁷. Dessa oposição de forças nem sempre o rio saiu vencedor. As obras a partir do séc. XVI⁸⁸, a construção de barragens no séc. XX⁸⁹, ditaram o fim da contenda.

⁸¹ O mouro Ahmede Arrazí, no século X, referindo o termo de Santarém salienta que “quando enche o Tejo, sai pela terra chã e cobre-a toda e, pois que o rio desce, fazem suas sementeiras mui boas serôdias. E tanto fica a terra em boa maneira disposta que chega o pão a segar com as primeiras” [as temporãs] – COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe. Vol. I Geografia e Cultura*. Lisboa: Caminho, 1989, p. 48.

⁸² “Mas os nateiros são provavelmente hoje muito reduzidos, pela decantação sofrida nas várias barragens que separam a cobertura terciária da Meseta, principal área fornecedora, da bacia portuguesa, que costumava beneficiar da sua deposição.” – Cf. DAVEAU, Suzanne – “Comentários”, p. 514.

⁸³ “Mesmo outrora, nem todas as cheias eram benéficas, ou por se manifestarem em má altura do ano agrícola, ou por cobrirem de areia os campos, quando um dique natural ou artificial se rompia.” – DAVEAU, Suzanne – “Comentários”, p. 514.

⁸⁴ Pondo em perigo, por exemplo, o cumprimento das obrigações a que os foreiros estavam contratualizados, como assinalado, em 1481, relativamente a uma vinha na Balea (Valada) – CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita*, p. 14 e nota 11.

⁸⁵ Prática ainda corrente entre os agricultores destes espaços ribeirinhos como bem deplorava, no séc. XVIII, Estevão Dias Cabral – “a pouca agua que passa, vai tão lenta, e morta, que depõe o lodo entre as hervas, e suas raízes, e entulha a valla em fórma, que convem de novo abrilla com grave despeza. E senão se abre, esterilizaõ-se as terras” – CABRAL, Estevão Dias – “Memoria Sobre os damnos causados pelo Téjo nas suas ribanceiras”. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo II. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias, 1790, pp. 190-191.

⁸⁶ No reinado de D. Dinis promovem-se obras no Tejo e no seu sistema adjuvante – GASPAS, Jorge, “Os portos fluviais”, p. 157.

⁸⁷ “Esse grande mar interior que o Tejo constituiu outrora [...] foi sendo reduzido por sucessivas transformações da paisagem, principalmente pelo progressivo assoreamento do ‘Baixo Tejo.’” – AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, p. 544.

⁸⁸ Recordem-se os trabalhos de mudança do curso do Tejo na zona da Quinta da Cardiga – DIAS, José João Alves – “Uma grande obra de engenharia”, pp. 66-82; “No reinado de D. João V há referências sobre o deslocamento do rio na região de Almeirim” – AZEVÊDO, Teresa M. – “A Utilização dos Dados Históricos no Estudo das Cheias do Tejo”. *Estudos do Quaternário / Quaternary Studies* [Em linha]. América do Norte, 0 (jul. 2014), p. 74. [Consultado em: 12/12 2015]. Disponível em: <http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq/article/view/148>.

⁸⁹ As barragens construídas no séc. XX vieram alterar o seu caudal bem como o escoamento das cheias – Cf. DAVEAU, Suzanne – “Comentários”, pp. 512-513; “Desde o século XVIII que possuímos variados registos das enchentes do Tejo, estando as do presente século bem presentes e vivas ainda nas memórias: 1940, 1941, 1967, 1979 e 1983.” – CAMACHO, Clara Frayão – “A Ponte Sobre o Rio Tejo”, p. 134. A “construção de barragens e obras de controlo das cheias, a partir da década de 50, para além da diminuição da carga, dos picos de cheia e dos caudais médios anuais, provocou o estreitamento do canal.” – Constituindo um dos factores de alteração da fisionomia do Tejo segundo AZEVÊDO, Teresa M. – “As mudanças de percurso do Tejo”, pp. 558-559.

Porém, desde sempre, o tempo das cheias, para o quotidiano dos pescadores, significava a paragem da faina. Dificuldades acrescidas no sustento porque os peixes se perdiam nas enxurradas barrentas. Para muitos adensar-se-ia o espectro da fome⁹⁰. Impedidos de navegar, os barcos eram recolhidos, afastados das águas adversas quase numa contradição à razão da sua própria existência. As maiores preocupações dos homens do rio seriam os portos fluviais, desejando que a inundações os não arruinasse⁹¹. Da sua manutenção dependia o futuro retorno ao Tejo.

Nos meses seguintes, regressadas as águas ao leito, seria ainda preciso esperar que as margens lamacentas recuperassem cores e texturas. Aos pescadores cabia recomeçar quotidianos, na porfia de garantir a sobrevivência: assegurar fretes ocasionais na direção da cidade grande ou reabastecer as populações locais, para que o rio ganhasse de novo o sabor das marés e do peixe...

Pela documentação medieval, buscámos um rio.

Procurámos sinais das suas águas e das gentes que com ele conviveram. Entrevimos as variadas embarcações que navegavam entre as duas cidades do reino e estabeleciam uma estrada de tantos potenciais desígnios. Lisboa e Santarém partilhavam o curso do Tejo medievo com motivações e consequências diferentes. Mas ambas determinaram o modo de vida dos que nele se sustentavam, complementando recursos, gerindo disponibilidades, assumindo proeminência sempre ligada ao poder régio.

Os monarcas, e a corte, assumiram a convivência com o rio e o espaço ribeirinho, e deixaram marcas da sua presença. Procurámos indiciá-las ainda que de forma sucinta.

Olhámos, igualmente, para as gentes comuns. Tentámos perceber como aprendeu o ser humano a dominar o curso fluvial e, nas margens, a usufruir das

⁹⁰ As datas de 1435, 1485 e 1546 assinalaram “anos de cheia e fomes” – PARREIRA, Rui – “Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2”. *Boletim Cultural*, Número 4 (1989/90), Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 81.

⁹¹ Em queixa ao Infante D. Henrique, os lavradores e foreiros da sua terra de Alpriate solicitavam que mandasse abrir o porto em que carregavam barcas e que “agora era atupido”. Respondeu positivamente o Infante “sse sse o dicto porto nom poder abrir em huu ano, abrasse per outros, en diante”, determinando os encargos para suportar as respectivas obras – *Monumenta Henricina*. ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Vol. IV (1431-1434). Coimbra: 1962, Doc. 5, pp. 11-13 (1431).

Na carta de privilégio aos pescadores de Vila Franca de Xira o rei determina que o pagamento das penas para quem desobedeça e use indevidamente os batéis dos pescadores reverta em metade “pera obra do cajs da dicta villa” – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*. Vol. IV (1495-1521), Doc. 38, p. 43, (1496).

águas fertilizadoras. Mas também a retirar os melhores alimentos para a mesa de todos os dias, num confronto constante entre o homem e a natureza. Medindo forças, impondo trágicas vitórias.

Entre Lisboa e Santarém, ontem, como hoje, o rio escolhe o seu caminho. Continua, no refazer e desfazer do seu leito, o trajecto até à foz. E aí, só o mar maior lhe limita o destino...